

JUSTIÇA

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça

Despacho n.º 9352/2017

No uso dos poderes em mim delegados por despacho da Ministra da Justiça, publicado com o n.º 977/2016, no *Diário da República*, 2.ª série, de 20 de janeiro, e por forma a dar cumprimento ao procedimento de transferência de imóveis titulados por Serviços e Organismos do Ministério da Justiça, adquiridos com verbas do Cofre Geral dos Tribunais ou do Cofre dos Conservadores, Notários e Funcionários de Justiça, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º-A do Decreto-Lei n.º 156/2001, de 11 de maio, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 280/2003, de 8 de novembro, e em aditamento às listagens aprovadas pelos Despachos n.ºs 2489/2004, de 20 de janeiro, e 25646/2005, de 25 de novembro, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, respetivamente em 5 de fevereiro de 2004 e em 14 de dezembro de 2005, aprovo a listagem de imóveis, devidamente cadastrados, para que os mesmos passem a integrar a esfera da titularidade do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P. (IGFEJ, I. P.), por sucessão na titularidade do património imobiliário do Instituto de Gestão Financeira e das Infraestruturas da Justiça (IGFIJ, I. P.), nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro (Lei Orgânica do Ministério da Justiça), conjugado com o artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 164/2012, de 31 de julho (Lei Orgânica do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.), que por sua vez sucedeu às atribuições do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça, I. P. (IGFPJ, I. P.), nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de outubro (Lei Orgânica do Ministério da Justiça):

Fração Autónoma, designada pela letra «C», destinada a habitação, correspondente ao primeiro andar direito, do prédio urbano sito na Rua Capitão Mário Alberto Soares Pimentel, n.º 19, em Sintra, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 3761.º da freguesia de União de Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim) descrita na Conservatória do Registo Predial de Sintra sob a ficha n.º 0326 da Freguesia de Santa Maria e São Miguel e inscrita a favor do Estado — Ministério da Justiça — Gabinete de Gestão Financeira.

Fração Autónoma, designada pela letra «H», destinada a habitação, correspondente ao segundo andar esquerdo, do prédio urbano sito na Rua Capitão Mário Alberto Soares Pimentel, n.º 19, em Sintra, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 3761.º da freguesia de União de Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim) descrita na Conservatória do Registo Predial de Sintra sob a ficha n.º 0326 da Freguesia de Santa Maria e São Miguel e inscrita a favor do Estado — Ministério da Justiça — Gabinete de Gestão Financeira.

Fração Autónoma, designada pela letra «G», destinada a habitação, correspondente ao segundo andar esquerdo, do prédio urbano sito na Rua José Bento Costa, n.º 15, na Portela de Sintra, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 3229.º da freguesia de União de Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim) descrita na Conservatória do Registo Predial de Sintra sob a ficha n.º 0018 da Freguesia de Santa Maria e São Miguel e inscrita a favor do Estado — Ministério da Justiça — Gabinete de Gestão Financeira.

Fração Autónoma, designada pela letra «Q», destinada a habitação, correspondente ao terceiro andar B, do prédio urbano sito na Avenida Movimento das Forças Armadas, n.ºs 12 e 12-A, em Sintra, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 45.º da freguesia de União de Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim) descrita na Conservatória do Registo Predial de Sintra sob a ficha n.º 0001 da Freguesia de Santa Maria e São Miguel e inscrita a favor do Estado — Serviços Sociais do Ministério da Justiça.

13 de outubro de 2017. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

310848803

Direção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extrato) n.º 9353/2017

Por despacho de 31 de maio de 2017, de Sua Excelência a Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, proferido ao abrigo da delegação de competências conferida pelo Despacho n.º 977/2016 de Sua Excelência a Ministra da Justiça, publicado na 2.ª série do *Diário da República*

n.º 13, de 20 de janeiro de 2016, foi renovada, ao abrigo do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, concedida à escriturã adjunta Ana Maria Gonçalves Capelo, pelo período de um ano, com efeitos desde 2 de maio de 2017.

15 de setembro de 2017. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.
310785056

Polícia Judiciária

Despacho (extrato) n.º 9354/2017

Por despacho de 2017.10.03 do Diretor Nacional da Polícia Judiciária e nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 3.º da Portaria n.º 269/2012, de 3 de setembro, foi nomeada, em comissão de serviço, para integrar o Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA), a Inspetora de escalão 2, licenciada Susana Maria Lopes da Silva, do mapa de pessoal da Polícia Judiciária, com efeitos a 2017.10.16. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de outubro de 2017. — Pela Diretora da Unidade, o Chefe de Área, *João Prata Augusto*.

310831988

Despacho (extrato) n.º 9355/2017

Por despacho de 18.03.2016 do Diretor Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Pedro do Carmo:

Lic. Augusto Jorge da Silva, inspetor-chefe de escalão 4 — nomeado definitivamente coordenador de investigação criminal de escalão 1, do mapa de pessoal da Polícia Judiciária, com efeitos de antiguidade a 18.03.2016 e efeitos remuneratórios a 04.05.2016.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

10 de outubro de 2017. — Pela Diretora da Unidade, o Chefe de Área, *João Prata Augusto*.

310837293

CULTURA

Direção-Geral das Artes

Aviso n.º 12688/2017

A Direção-Geral das Artes (DGARTES) torna público, através do presente aviso, a abertura de concurso para a apresentação de candidaturas no âmbito do Programa de Apoio Sustentado na área da Dança, nas modalidades bienal e quadrienal, e no montante financeiro global disponível de € 7.310.000,00, fixado por despacho, de 18/10/2017, do Secretário de Estado da Cultura.

O procedimento decorre nos termos do Decreto-Lei n.º 103/2017 de 24 de agosto (Regime de Atribuição de Apoios Financeiros do Estado às Artes Visuais e Performativas) e da Portaria n.º 301/2017, de 16 de outubro (Regulamento dos Programas Apoio às Artes) e o respetivo Aviso de Abertura, com todas as condições aplicáveis, encontra-se disponível para consulta dos interessados no Balcão Artes, em <https://www.dgartes.gov.pt>.

19 de outubro de 2017. — A Diretora-Geral, *Paula Varanda*.

310860361

Aviso n.º 12689/2017

A Direção-Geral das Artes (DGARTES) torna público, através do presente aviso, a abertura de concurso para a apresentação de candidaturas no âmbito do Programa de Apoio Sustentado na área das Artes Visuais, nas modalidades bienal e quadrienal, e no montante financeiro global disponível de € 4.300.000,00, fixado por despacho, de 18/10/2017, do Secretário de Estado da Cultura.

O procedimento decorre nos termos do Decreto-Lei n.º 103/2017 de 24 de agosto (Regime de Atribuição de Apoios Financeiros do Estado às Artes Visuais e Performativas) e da Portaria n.º 301/2017, de 16 de outubro (Regulamento dos Programas Apoio às Artes) e o respetivo Aviso de Abertura, com todas as condições aplicáveis, encontra-se disponível para consulta dos interessados no Balcão Artes, em <https://www.dgartes.gov.pt/>.

19 de outubro de 2017. — A Diretora-Geral, *Paula Varanda*.

310860223